

PROPOSTA DE ATA N.º 20/2014 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2014. -----

----- Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão extraordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Pereira, João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

----- Esteve ainda presente, a secretariar a reunião, Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, em Regime de Substituição. -----

----- Verificando-se quórum, o Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte e cinco minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

----- Foi distribuído o Resumo Diário de Tesouraria de 29 de outubro de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 142.903,75. -----

----- O Sr. Presidente informa que os pontos que constituem a **ORDEM DO DIA** da presente reunião e constantes da convocatória, são os seguintes: -----

Ponto 1 - Ofício da DGAL sobre a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal - FAM. Direção Geral das Autarquias Locais. Para conhecimento. -----

Ponto 2 - Proposta para hasta pública de um prédio sito na Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau, Bloco B, n.º 4 em Alpiarça. Proposta n.º 29/2014 Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação. -----

Ponto 3 – Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha com licenças n.ºs 2237644, 2237645, válidas até 31-07-2019; licenças n.ºs 2671264, 2671265, 2671266, válidas até 31-07-2021 e licença n.º 2698859 válida até 31-07-2022, todas concedidas pelo IVV. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

Ponto 4 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke e música ao vivo, no Supermercado “Diana”, na Rua da Carvalhita, n.º 52, em Frade de Baixo, a realizar nos

dias 15 e 16 de Novembro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para deliberação. -----

Ponto 5 - Licença especial de ruído, para a noite de passagem de ano (2014/2015) na Associação Recreativa do Frade de Baixo, no período compreendido das 20h às 06h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para deliberação. -----

Ponto 6 - Alteração ao “Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Alpiarça”. Proposta Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

Ponto 7 - Apreciação e votação do 7º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

Ponto 8 - Proposta de Orçamento, Proposta de GOP's, Mapa de pessoal para o ano económico de 2015. Conforme alínea b) do n.º 2 do art.º 46º da lei da Finanças locais, conjugado com o artigo 47º da mesma lei, anexa-se para conhecimento o orçamento de 2015 da AgroAlpiarça. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- **ATAS** -----

----- O Sr. Presidente informa que na reunião de hoje tinham duas atas para apreciar: a ata n.º 10/2014 do dia 23/05/2014 e a ata 11/2014 do dia 13/06/2014, começando por pôr a ata n.º 10/2014 do dia 23/05/2014 à discussão. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar, após saudar todos os presentes, congratulou-se pelo facto de alguém estar a fazer um esforço para que venham duas atas à reunião de Câmara para apreciação e votação, que qualquer modo é muito escasso o tempo que é concedido aos vereadores da oposição para apreciarem não só as atas mas também toda a documentação que vem às reuniões de câmara. Por outro lado chamou a atenção que as atas não podem nem devem andar a ser apreciadas e votadas com um atraso tão grande, até porque a lei é bem clara quando diz que as atas deverão ser aprovadas no final da reunião ou então no início da reunião seguinte. Por outro lado opinou que as atas que estão publicadas no site do município não estão assinadas, pelo Sr. Presidente e por quem as redige e deviam estar assinadas, pelo menos digitalmente.

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha, começou por saudar todos os presentes e em relação à ata disse que praticamente há um ano que pediu o conteúdo funcional de

todos os funcionários da autarquia e que esse documento nunca lhe foi dado, mais, ao contrário de outras câmaras municipais, onde o Regulamento de Funcionamento dos Serviços Municipais determina quem tem a responsabilidade de fazer as atas e todo o expediente com elas relacionado, em idêntico regulamento da câmara de Alpiarça, nada é referido quando às atas, ou seja não está sequer regulamentado qual a Divisão ou Departamento nomeado para fazer as atas e todo o expediente com elas relacionadas. No entanto a fazer fé no que é referido no final das atas da nossa câmara, será a Dr.ª Maria do Céu Augusto, Chefe de Divisão desta câmara, que redige e assina as atas. Reconhecendo a morosidade e o trabalho que dá a fazer atas de reuniões de câmara tão duradouras, sugeriu que o Sr. Presidente desse mais algum tempo e liberdade à Dr.ª Maria do Céu para que ela recuperasse as atas em atraso e de uma vez por todas pôr as atas em dia, porque não faz sentido em finais de outubro estarmos a aprovar atas de maio e de junho, ou seja estamos na reunião n.º 20 e estamos a aprovar uma ata da reunião n.º 10. Até porque pegando na legislação citada pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar, está bem claro que as atas devem ser aprovadas no final da reunião a que respeitam ou então no início da reunião seguinte. Afirmou que não se iria pronunciar sobre a ata porque ela deturpa o que se passou na reunião, não vai propor alterações, porque já uma vez propôs uma correção verbal e disseram-lhe que tinha de ser por escrito e depois quando trouxe por escrito também não aceitaram. Referiu, como já o tinha feito antes, que enquanto as coisas continuarem a estar assim não vai aprovar qualquer ata, porque não faz sentido andar a aprovar atas de há dez reuniões atrás. Finalizou dizendo que como o Sr. Presidente não tem qualquer Divisão Municipal a quem pedir responsabilidades pelo atraso nas atas, terá de ser o Sr. Presidente a responsabilizar-se e de uma vez por todas trazer as atas à discussão nos prazos legais. -----

----- O Sr. Presidente afirmou que estas atas são as mais exaustivas, as mais exatas, as mais transparentes e as mais fidedignas, que alguma vez se fizeram desde que se lembra, ou seja desde que começou a exercer funções nesta câmara municipal, primeiro como vereador na oposição e agora já no seu segundo mandato como

Presidente. Como tal assume toda responsabilidade pela redação das atas, que é um esforço grande do funcionário que prepara estas atas, disse já ter referido por diversas vezes que a pessoa que faz as atas é o Técnico Ricardo Vaz, funcionário desta câmara, já explicou várias vezes o que se passava com as atas e os motivos do seu atraso. Quanto à conformidade das atas, afirmou que o que leu nas atas corresponde fielmente ao que se passou nas reuniões, a intervenção que teve nesta ata foi lê-la e remetê-la para apreciação, mais nada. Não é possível haver aqui uma intervenção de deturpação, seria uma estupidez, porque tudo o que se passa nas reuniões de câmara está plasmado na Internet, para qualquer pessoa em qualquer parte do mundo ver. Admite os atrasos, e a sua responsabilidade mas não admite que seja posto em causa o trabalho sério, meritório e exaustivo da pessoa que redige as atas. A Lei é bastante clara e manda que a ata deve conter um resumo do que de essencial se passar nas reuniões, indicando, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações. Após esta intervenção o Sr. Presidente pôs a ata à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar e com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- De seguida passou-se à discussão da ata n.º 11/2014 do dia 13/06/2014, não se tendo registado qualquer intervenção, foi a ata posta à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

----- O Sr. Presidente deu início a este período começando por dar a palavra ao Sr. Vereador Pedro Gaspar que começou por solicitar que não fosse interrompido durante a sua intervenção, por outros colegas de vereação. Referiu que já tinha solicitado em tempos o Relatório de Segurança do Auditório da Casa dos Patudos, mas hoje não está presente o sr. Eng.º Portugal de Sousa que depois se encarregará de dar nota sobre a situação. Questionou se há algum dos membros do Executivo com ordenados em atraso. Tendendo ao que tem sido ventilado esta semana pela comunicação social,

sobre o bar das piscinas municipais de Alpiarça, solicitou esclarecimentos sobre rendas em atraso, cauções etc. Questionou também a utilização de canoas na Barragem dos Patudos na tarde do dia 1 de outubro, em que naquele espaço houve utilização de canoas por parte de alunos da escola EB 2,3/S, quando nessa mesma manhã andaram bombeiros a recolher peixes mortos com camaroeiros, nessa mesma barragem. Além disso o Sr. Presidente já referiu aqui que até há protocolos de cedência de canoas com outras escolas para a prática de canoagem, e disse que gostaria de saber se há algum regulamento para a cedência de canoas ou para a prática de atividades náuticas. Disse que gostaria que lhe fosse entregue também o Relatório das Contas da Alpiagra. Que aguarda também a relação das verbas transferidas durante a execução orçamental de 2014, para coletividades, clubes desportivos e outras associações recreativas sem fins lucrativos. Referiu que hoje irá haver um Sarau de Música do Museu dos Patudos em Homenagem a José Relvas, que passou lá cerca das quinze horas e que não havia visitantes, o que é de estranhar quando hoje há visitas gratuitas e o porquê da escolha desta data e se houve ou não divulgação do evento, e sendo o Museu dos Patudos um dos Museus Municipais mais importantes do País, lamentou por pouca dinâmica. -----
----- Dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Cunha, o mesmo começou por tecer algumas críticas pelo facto de não serem distribuídos editais com as ordens de trabalho das reuniões de câmara e também por haver um calendário com a marcação dos dias das reuniões de câmara, aprovado no início do ano, calendário esse que é constantemente alterado, sem que os munícipes se apercebam dessas alterações. O Vereador acrescentou que se hoje é dia de greve geral, ele também vai aderir à greve e vai aderir à greve porque neste caso a sua entidade patronal, que é o Sr. Presidente não lhe dá condições para trabalhar. Lamentou que conhecendo o Sr. Presidente perfeitamente a Lei e sabendo que hoje era o último dia para enviar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para a Assembleia Municipal, convoque esta reunião de câmara precisamente para o último dia, lamentou ainda que trezentas e oitenta páginas de documentação lhe tenham vindo a ser entregues desde a última quarta-feira para analisar. Disse também não acreditar que as duas atas que foram enviadas

tivessem sido terminadas no mesmo dia, por isso pelo menos uma delas já poderia ter sido enviada há mais tempo, e chegaram as duas ao mesmo tempo na quarta-feira e considerou humanamente impossível que alguém possa analisar documentação desta importância em tão curto espaço de tempo. Acrescentou ainda que o próprio Sr. Presidente quando era vereador na oposição também se queixava que o Executivo do PS na altura não lhe enviava a documentação a tempo e horas. Apresentou e passou a ler um requerimento solicitando um relatório informativo e objetivo do ponto de situação de execução física e financeira bem como as respetivas autorizações legais de todo o processo de concessão do Parque de Campismo, que esta documentação lhe seja entregue no prazo referido no Código de Procedimento Administrativo. Questionou para que servem aquelas obras que andam a ser feitas na Estação de Captação e Tratamento de Águas e que existe lá um ladrão onde à noite se vê uma água branca a correr, que água é aquela e se corresponde ou não à lavagem de filtros. Questionou ainda o Sr. Presidente se o ensino do Mandarin, se as obras que estão por fazer na Rua Ricardo Durão e a situação dos ciclo-guardas estão ou não contempladas no orçamento para o próximo ano. Apresentou e passou a ler um requerimento solicitando ao Sr. Presidente que apresente um relatório informativo e objetivo da situação ecológica da Barragem dos Patudos onde conste: as causas, as formas de prevenção futura e o possível estimativa de custos para que a situação não volte a acontecer. Mais referiu que o pedido deste relatório se prende com uma situação que se arrasta há bastante tempo e que envolve a morte de peixes e pontualmente de patos e de cegonhas que tem vindo a acontecer na barragem e a visível eutrofização da água da mesma e que aponta também para a eventual existência de vários tipos de toxinas, potencialmente prejudiciais para a saúde pública. O Vereador Francisco Cunha finalizou apresentando e passando a ler uma proposta no sentido de ser promovido em Alpiarça um Encontro de Jovens Universitários e Licenciados desde o ano 2000. -----

----- O Sr. Presidente passou a responder às várias questões colocadas pelos senhores vereadores o mais objetivamente possível, deixando algumas respostas para os Vereadores Carlos Pereira e João Arraiolos. -----

----- O Sr. Presidente começou por responder que pela primeira vez desde sempre e por via da imposição do articulado na Lei 75/2013, o Orçamentos e as GOP's da câmara municipal, terão de ser obrigatoriamente entregues à Assembleia Municipal até ao último dia do mês de outubro, daí que esta reunião se tivesse de realizar até hoje, embora as Assembleias Municipais tenham até ao final do mês de dezembro para aprovar estes documentos, além de que o Orçamento Geral do Estado só está aprovado na generalidade, nem sequer está aprovado na especialidade. Quanto ao Relatório de Segurança que o Sr. Vereador Pedro Gaspar solicitou, como o Sr. Eng.º Portugal não está, irá tentar saber em que estado se encontra esse relatório. Quanto à Casa dos Patudos, há já largos anos que é tradição proporcionar visitas gratuitas neste dia aos Alpiarçenses, mas claro que se aparecerem visitantes de fora, também não pagam entrada. Mas não é um dia em que se espera grandes afluências, porque estamos numa sexta-feira, um dia de trabalho normal. Finalizou dizendo que tem havido um grande aumento de visitantes à Casa-Museu e tem havido uma grande divulgação e promoção deste Museu Municipal. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Sr. Vereador Francisco Cunha informou que não fazia ideia que não estão a ser colocados editais com a divulgação das ordens de trabalho das reuniões de câmara, nem deu qualquer ordem nesse sentido. Relativamente ao Relatório que foi pedido sobre o Parque de Campismo, vai ver o que se passa e mandar entregar o relatório o mais rapidamente possível. Relativamente às questões colocadas sobre o Orçamento, a Câmara responderá às mesmas no ponto oito. Quanto às obras que estão por fazer num caminho perpendicular à Rua Ricardo Durão, o Sr. Presidente informou que se trata de um antigo litígio com um proprietário, que ainda no tempo do último mandato do PS colocou um portão e vedou um caminho público, tendo a câmara de Alpiarça feito acordo judicial com o proprietário, em que há de facto um compromisso por parte da câmara de Alpiarça, em fazer uma intervenção no local, mas que por falta de verbas e falta de pessoal, é um acordo que não tem sido possível cumprir até à data. Achou muito interessante a proposta do Sr. Vereador Francisco Cunha no sentido de ser promovido em Alpiarça um Encontro de Jovens

Universitários e Licenciados. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Pereira relativamente ao Relatório e Contas da Alpiagra disse que o mesmo se encontra quase concluído e logo que o esteja o remeterá à vereação para conhecimento. Sobre as obras que se estão a fazer junto à Estação de Tratamento de Águas, informou que se trata de puxar eletricidade para a casa que se encontra na margem da barragem do outro lado da estrada e a colocação de um ramal de água num chafariz que existe nas proximidades. Disse desconhecer a existência de descarga de águas brancas na barragem e que as águas que estão a ser descarregadas na barragem são de um antigo furo que já não abastece a população, no sentido de ajudar à oxigenação das águas da mesma. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos disse desconhecer a existência de vereadores com ordenados em atraso. Sobre o Bar das Piscinas informou que houve toda a parte processual, houve a notificação do antigo arrendatário, que tinha deixado de pagar as rendas, até à posse administrativa do espaço. Quanto à cedência de canoas, a atividade exercida nessa 4.ª feira à tarde, teve a ver com atividades de desporto escolar em que nós cedemos um conjunto de infraestruturas desportivas, nomeadamente: a Reserva do Cavalo do Sorraia, as Piscinas Municipais e o Complexo Desportivo. No caso das canoas existe um protocolo entre o Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, o Agrupamento de Escolas de José Relvas, e a Câmara Municipal de Alpiarça, em que algumas canoas são nossas, outras são do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, sendo a atividade de canoagem desenvolvida sob responsabilidade e supervisão dos professores destes dois agrupamentos. O Sr. Vereador João Arraiolos finalizou dizendo que ia insistir com os serviços para que fosse enviada ao Sr. Vereador Pedro Gaspar a relação das verbas transferidas durante a execução orçamental de 2014, para coletividades, clubes desportivos e outras associações recreativas sem fins lucrativos. --

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha no uso do contraditório lamentou que o Executivo não crie condições para que as pessoas que visitam a Casa dos Patudos, não permaneçam no concelho ao menos para beber um café e que quem acabe por beneficiar com isso seja o nosso concelho vizinho de Almeirim. Em relação ao Parque

de Campismo e a outros equipamentos do município, disse que difícil é arranjar concessionários que paguem as rendas acordadas, porque arranjar concessionários que se limitem a ocupar os espaços sem pagarem rendas, isso arranja-se em qualquer lado. Quanto ao antigo concessionário do Parque de Campismo estar lá dez anos sem pagar rendas no tempo do PS, lamentou que o mesmo tenha acontecido, mas que nunca viu o Sr. Presidente nem o seu partido insurgir-se contra isso. Em relação às rondas da GNR em bicicletas, disse que já anda há cerca de seis meses à espera de que se dê andamento à sua proposta e não há meio disso acontecer. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar no uso do contraditório, relativamente à Casa dos Patudos, disse que apenas lamentava que depois do restauro do edifício e de toda a zona exterior não fosse criada outra dinâmica que pudesse atrair mais visitantes, levando-os também a visitar outros pontos de interesse de Alpiarça, retendo esses mesmos visitantes mais umas horas no nosso concelho. Relativamente ao Bar das Piscinas disse compreender que haja um determinado tempo até que a câmara tenha conseguido tomar posse administrativa do espaço, mesmo após o concessionário estar há vários meses sem pagar renda, o que desconhece é se logo que o arrendatário deixou de pagar a renda e se começou a esgotar a caução, a câmara iniciou os procedimentos necessários no sentido de pôr termo ao contrato de concessão. Disse compreender o protocolo que existe entre as escolas e a câmara para a utilização das canoas, mas questionou se houver um acidente na barragem de quem é a responsabilidade, se será das escolas ou da câmara municipal. -----

----- O Sr. Presidente respondeu que há protocolos com as escolas e as coisas estão perfeitamente definidas. Quanto ao se insurgir contra o não recebimento de rendas do Parque de Campismo nos mandatos do PS, o Sr. Presidente respondeu que não foi uma questão de se insurgir ou deixar de se insurgir, disse que enquanto oposição abordaram a questão em reuniões de câmara, mas que lhes foi explicado que havia um litígio entre a câmara e a concessionária e como tal a câmara tinha avançado judicialmente contra a mesma. O Sr. Presidente deu este período como concluído e concedeu um pequeno intervalo, antes de se entrar no período seguinte. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 - Ofício da DGAL sobre a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal - FAM. Direção Geral das Autarquias Locais. Para conhecimento. -----

----- O Sr. Presidente deu conhecimento de um ofício da DGAL sobre a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal – FAM, em cumprimento da Lei 53/2014, de 25 de agosto, são 325 milhões de euros, em que o contributo do município de Alpiarça será de 308.872 euros, o corresponde a uma contribuição anual do município de Alpiarça de cerca de 44.000 euros, inscritos já no O.G.E. de 2015 e até ao ano de 2021, caso se mantenha o valor do fundo e as percentagens de comparticipação. Na opinião do Sr. Presidente, o governo da república poderia optar por fazer o financiamento do FAM com fundos contratados ao BCE e à União Europeia, com os quais inclusivamente auxiliou o sistema bancário, mas optou por este modelo em que os municípios têm de contribuir com boa fatia deste Fundo. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar disse que conhece a Lei, ouviu com atenção a explicação do Sr. Presidente e disse que está completamente em desacordo com a forma como está a ser constituído este FAM, o qual irá beneficiar os municípios que tiveram uma péssima gestão, ou uma gestão ruínosa, que irão recorrer a este FAM que é constituído com dinheiro de outros municípios que tiveram uma boa gestão financeira, ou que estão a caminhar na recuperação das suas contas e já estão a pagar outros empréstimos e a fazer intensas poupanças com vista a voltarem a ter as contas equilibradas. Manifestou-se contra os juros altamente usurpadores que foram cobrados durante os primeiros três anos aos países do sul da Europa, pelas TROIKAS e que beneficiaram os bancos alemães, colocando-os hoje numa confortável situação financeira. Finalizou considerando que o FAM, da maneira como está constituído irá fazer com que acabe por pagar o justo pelo pecador. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse estar surpreendido por esta posição do seu colega que o precedeu, dizendo recordar-se que foi um Governo do PS que chamou cá a TROIKA e que assinou todos os protocolos e memorandos de entendimento, que acordou os juros e comissões a pagar, que fez com que os outros

que vieram a seguir tivessem de aumentar impostos, fomentar a austeridade, que criou desemprego e retirou benefícios sociais, que é o que nos dizem todos os dias o Bloco de Esquerda, o PCP e o próprio PS, que parece ter-se esquecido que foi ele que cá chamou a TROIKA, chefiada pelos alemães, desconhecendo o próprio se haveriam ou não outras alternativas. Adiantou ainda concordar que a situação económico-financeira da Câmara de Alpiarça é muito difícil, vieram para Alpiarça rios de dinheiro, reconhecendo-se que estava quase tudo por fazer na nossa terra em abril de 1974, que muita coisa foi feita, mas presentemente o município está muito endividado e não tem bases para, a curto prazo, debelar esta situação, e faz votos para que o Município de Alpiarça dentro de um a dois anos não tenha de recorrer ao FAM. Finalizou perguntando se esta verba que nos vai ser deduzida no próximo ano, está ou não contemplada no Orçamento para 2015, que hoje temos aqui para apreciarmos e votarmos. -----

----- O Sr. Presidente, opinou que não põe em questão a solidariedade que deve haver entre municípios, mas continua convicto que o empréstimo que dezenas de milhares de euros que nos foram emprestados pela TROIKA, destinavam-se a consolidar as contas públicas, nas quais se incluíam os municípios portugueses, considerou também que os municípios têm feito todos os esforços no sentido de reduzirem as suas dívidas, ao contrário do Governo que tem vindo a aumentar a dívida pública. Considerou ainda que eram suficientes os instrumentos que já existiam na antiga Lei das Finanças Locais, para fazer face às necessidades de municípios, que como o de Alpiarça se encontravam em desequilíbrio financeiro, desde que o governo da república, aproveitando os fundos emprestados pela TROIKA os pusesse à disposição desses municípios. Assim não aconteceu, muitos municípios quiseram recorrer a PSF – Planos de Saneamento Financeiro e já não o puderam fazer, ou por não haver verbas, ou por não obterem aprovação do Tribunal de Contas. Agora com a criação do FAM todos os municípios portugueses vão ter de contribuir para este fundo, estejam em boa ou má saúde financeira, estejam sob a alçada de Planos de Saneamento Financeiros ou sobre qualquer outro tipo de ajuda e mesmo aqueles que venham a recorrer ao FAM,

também terão de prestar o seu contributo. Terminou dizendo que Alpiarça tudo fará para não ter de recorrer ao FAM, porque isso implicaria uma série de agravamentos, em primeiro lugar a nível de impostos municipais diretos e implicaria que o município ficasse sujeito à submissão de uma comissão diretiva que irá gerir este fundo. O Sr. Presidente concluiu informando que a verba de 44.000 euros, correspondente à participação de Alpiarça para o ano de 2015, já está inscrita no orçamento municipal para o próximo ano. Considerou-se como tendo sido dado conhecimento deste ponto. -

Ponto 2 - Proposta para hasta pública de um prédio sito na Rua Maestro Virgílio Fortunato Wenceslau, Bloco B, n.º 4 em Alpiarça. Proposta n.º 29/2014 Vereador João Pedro Arraiolos. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão dando a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da sua proposta, informando que é um imóvel que faz parte do bairro dos 46 fogos e que por falecimento do seu rendeiro reverteu para a câmara Municipal que deliberará sobre a sua venda. Em anexo encontra-se a proposta de alienação do imóvel pelo valor base de 50.000 euros, bem como a proposta de edital para realização de hasta pública. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar questionou se todas estas habitações do município irão sendo vendidas pela câmara municipal em hasta pública à medida que vão ficando desocupadas e se já foi alguma vez equacionada a hipótese de dar outro fim ao imóvel, que não a sua venda, como por exemplo arrendá-los a famílias carenciadas. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que se iria abster neste ponto, porque não está dentro do preço do imóvel, e sabendo que a câmara tem pago a renda da habitação aos médicos cubanos que prestam ou têm prestado serviço no nosso Centro de Saúde, também não sabe até que ponto é que seria vantajoso a câmara manter a propriedade desta habitação para esse fim ou outro similar. -----

----- O Sr. Presidente explicou que, pela experiência que têm, se algum morador ou familiar de morador que faleceu mostraram interesse em adquirir o imóvel onde habitavam, nesta câmara foi prática desde sempre que a casa fosse vendida em hasta pública, porque a câmara não pode alienar património de outro modo, além de que o

nosso próprio Plano de Saneamento Financeiro, prevê a alienação de património e de aumento de receita por esta via, além de que estamos a ir ao encontro do desejo dos potenciais interessados. Quanto à utilização desta casa por médicos cubanos, neste momento só há uma médica no Centro de Saúde a quem a câmara suporta a renda e sendo esta habitação a alienar de cinco assoalhadas, ficaria subaproveitada. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 3 – Hasta Pública para venda do direito de replantação de vinha com licenças n.ºs 2237644, 2237645, válidas até 31-07-2019; licenças n.ºs 2671264, 2671265, 2671266, válidas até 31-07-2021 e licença n.º 2698859 válida até 31-07-2022, todas concedidas pelo IVV. Proposta do Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão dando a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação da sua proposta. O Sr. Vereador referiu que esta é a segunda vez que este processo vem a reunião de câmara, em virtude da primeira hasta pública ter ficado deserta, e foram acrescentados ainda mais três lotes. Desta vez o preço proposto é de valor mais baixo, sendo o preço de base de 1.400 €/ha. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar questionou, em percentagem, qual era o valor da descida da venda relativamente à primeira hasta pública. Questionou também qual o método ou métodos que a câmara de Alpiarça usa para divulgar as hastas públicas, já que não é a primeira vez que uma hasta pública fica deserta e a seguir vem um concorrente e faz a arrematação. Por outro lado estando a hasta pública dividida em seis lotes de replantação, todos eles com áreas diferentes, perguntou se os potenciais interessados terão de licitar sobre a globalidade dos lotes, ou lote a lote ou em grupos de lotes. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que a licitação será sempre lote a lote, e poderá até acontecer que alguns lotes não sejam vendidos. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que deve ficar bem explícito no edital que a oferta de compra deve ser feita lote a lote, porque lhe parece que no edital não está suficientemente explícita. Houve concordância em acrescentar ao edital nesse sentido.

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha considerou que não sabe se a venda será a melhor opção, mas que se a câmara conseguir vender por estes preços, é muito bom, não deixando de considerar que, em sua opinião, esta não é a melhor altura para fazer esta venda, e se tivesse sido feita há uns bons meses atrás a venda poderia alcançar valores substancialmente mais elevados. -----

----- Posto o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com as abstenções do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

Ponto 4 - Licença especial de ruído, para um evento de Karaoke e música ao vivo, no Supermercado “Diana”, na Rua da Carvalhita, n.º 52, em Frade de Baixo, a realizar nos dias 15 e 16 de Novembro, no período compreendido das 20h às 02h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão. Não se tendo verificado qualquer intervenção, foi o ponto colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

Ponto 5 - Licença especial de ruído, para a noite de passagem de ano (2014/2015) na Associação Recreativa do Frade de Baixo, no período compreendido das 20h às 06h. Requerente: Marisa Isabel Graça Costa. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão. Não se tendo verificado qualquer intervenção, foi o ponto colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto 6 - Alteração ao “Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Alpiarça”. Proposta Sr. Presidente da Câmara. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação do ponto, o Sr. Vereador informou que com a entrada em vigor em 01 de agosto de 2014, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei 35/2014 de 20 de junho, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.

Sendo e assim e considerando as recentes consolidações das situações de mobilidade interna existentes, procurou adaptar-se a estrutura orgânica à nova realidade Municipal. Essas alterações fizeram-se essencialmente ao nível das subunidades orgânicas extinguindo-se a subunidade orgânica de Administração Geral, passando o serviço a depender diretamente da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, criando-se a subunidade orgânica Biblioteca. Relativamente ao Organograma, foram necessárias alterações mais profundas, uma vez que se detetaram desajustes relativamente ao Regulamento, tendo-se alterado o grafismo, quer a designação dos serviços, fazendo-se assim o ajustamento ao novo Regulamento agora proposto. É o novo “Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça” e o “Organograma dos Serviços da Câmara Municipal de Alpiarça”, que se apresentam para discussão e votação. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha informou que esteve a ler toda a documentação e que não encontrou qual a unidade orgânica que é responsável pela redação das atas, tendo o Sr. Vereador João Arraiolos respondido que o entendimento é que a responsabilidade da redação das atas é feita sob despacho do Sr. Presidente, ao que o Sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs que esteve a consultar outros Regulamentos de Organização dos Serviços de outros municípios, até da área da CDU e não só e até de municípios vizinhos e em todos eles estavam perfeitamente definidas a quem estavam distribuídas as responsabilidades de dar todo o apoio ao Órgão Câmara Municipal, a descrição de todas as tarefas a executar, nas quais se incluem a feitura das atas e lamentou que na câmara de Alpiarça se faça um alteração ao documento que regula a organização dos serviços e não se aproveite para corrigir essa lacuna que já mais de uma vez aqui foi apontada pela oposição. Disse que compreendia o porquê das atas andarem sempre atrasadas, porque quando questionado sobre o tema, o Sr. Presidente responde que a responsabilidade pelo atraso é sua e daqui não saímos, opinando que parece interessar ao Sr. Presidente que as atas se mantenham atrasadas, para que em caso de dúvidas as pessoas sejam obrigadas a ver horas e horas de vídeos, nos quais ele é a figura central e principal orador. Já nos informou que é o técnico

Ricardo Vaz que faz as atas mas nunca nos disse em caso de impedimento deste funcionário, quem é que o substitui. Acrescentou que leu alguns neste Regulamento que o Gabinete de Comunicação, “Apoia as reuniões dos órgãos executivo e deliberativo do Município de Alpiarça”, e que a Divisão Municipal Administrativa e Financeira também “Dá apoio aos órgãos do Município”, considerando no entanto que é muito vago que tipo de apoios são estes. Finalizou informando que continuam sem lhe ser dados os conteúdos funcionais de cada funcionário da câmara. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar opinou também que seria muito fácil ter incluído no Regulamento, um artigo na Divisão Municipal Administrativa e Financeira em que ficasse explícito quais os apoios a dar aos órgãos do município, que é o que fazem outras câmaras, tendo até já aqui dado como exemplo o caso do da câmara municipal da Vidigueira, e evitaríamos de andar constantemente a falar em atrasos nas atas, mas como não há abertura para essa alteração por parte do Sr. Presidente que continua nessa obstinação, ela não se faz. -----

----- O Sr. Presidente informou que se o único obstáculo à aprovação deste ponto é estar escrito quem faz as atas, iria passar de imediato à votação, porque já disse mais do que uma vez, que ele enquanto presidente da câmara municipal de Alpiarça, por seu despacho, pode indicar a qualquer momento quem é a pessoa encarregue da redação das atas e que temos neste momento quem o faça e muito bem e com muita perfeição, até demasiado detalhadas, na sua maneira de interpretar a Lei 75/2013. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra do Sr. Vereador Pedro Gaspar e do Sr. Vereador Francisco Cunha. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar fez declaração de voto de vencido, afirmando o seguinte “o vereador do Partido Socialista, faz a sua declaração de voto de vencido, no sentido, em que votou contra este documento porque a maioria no executivo municipal se recusou a incluir no Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Alpiarça, cuja alteração veio hoje para aprovação, uma cláusula clara que definisse que Gabinete e que Divisão tem a responsabilidade pela feitura das atas do

executivo municipal. -----

Ponto 7 - Apreciação e votação do 7.º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao Sr. Vereador João Arraiolos para fazer a apresentação sucinta do Relatório, adiantando que a câmara municipal está a cumprir com o definido no PSF e nalguns casos até a superar, em termos de redução da despesa, no que toca à receita, isso não tem sido possível, principalmente na dificuldade que existe na recolha de impostos próprios e na alienação de património. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos informou que este é o 7.º Relatório do PSF, mas é a 10.ª vez que vem a uma reunião de câmara, visto que o mesmo acompanha sempre os documentos de prestação de contas. Em termos de ação da câmara municipal, referiu que na redução da despesa, houve uma redução nas despesas com pessoal e nas despesas correntes e também nas despesas com juros e moras visto que o capital em dívida está a reduzir-se. Houve uma diminuição de receitas de capital, visto que as obras participadas foram muito menos este ano, havendo um acréscimo nas receitas correntes e um considerável diminuição das despesas correntes, o que permitiu o cumprimento do PSF, o que não significa que o município não continue numa situação financeira bastante difícil. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar questionou um parágrafo do Relatório em que é referido que continua por liquidar o remanescente de 19.202.95 euros, equivalente a 0,31% do empréstimo de 6.135.546,16 euros contraído para liquidação de dívidas de curto prazo, por motivos que se devem exclusivamente, a demandas judiciais do fornecedor. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha referiu que embora não tivesse tido muito tempo para se debruçar sobre o Relatório dada a sua extensão, questionou algumas verbas referidas relativamente a significativas diferenças entre valores de receitas correntes previstas e as efetivamente cobradas e também o mesmo relativamente às receitas de capital. Referiu-se também à discrepância entre a receita orçada para

rendimento de propriedades, transferências de capital, venda de bens e serviços correntes e fundo de equilíbrio financeiro e a efetivamente cobrada nessas rubricas orçamentais. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos explicou que há aqui dois orçamentos diferentes, enquanto que os valores que aparecem na página 10 do Relatório são as verbas previstas aquando da elaboração do PSF em 2010, enquanto que na página 5 os valores já se referem a verbas efetivamente orçadas e cobradas pela câmara Municipal no ano de 2014. Sendo certo que os cálculos feitos por quem elaborou o PSF foram baseados no histórico das receitas e das despesas, mas a partir de determinada altura, quando se verificou que havia um grande número de câmaras municipais em situações de desequilíbrio financeiro, quando o país recorreu a assistência financeira externa, elaborou-se e fez-se publicar um conjunto de Leis e de regras de contenção na receita e nas despesas, que vieram, nalguns casos, desvirtuar por completo os cálculos elaborados em valores e regras históricas. E o que tem acontecido é o aumento de transferências correntes vindas do estado através do FEF e uma diminuição das transferências de capital, o que até há quase três anos atrás era o inverso. Relativamente a questões concretas colocadas pelo Sr. Vereador Francisco Cunha, entre as quais a venda de serviços, o Sr. Vereador João Arraiolos disse que em plena reunião não tinha na sua posse documentos que lhe permitissem responder de imediato, porque não tem as rubricas de cor, mas tem presente que essas receitas se prendem com resíduos sólidos, refeições escolares, transportes de ambulância, e um conjunto de serviços que prestamos à população, mas como já tinha referido no início, há uma tendência de diminuição de receitas. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse estranhar que o Sr. Vereador João Arraiolos não esteja preparado para responder às suas questões concretas porque quando fazem um orçamento devem ter em mente aquilo a que se refere e que integra cada rubrica orçamental. -----

----- Em tom irónico o Sr. Vereador Carlos Pereira respondeu que os valores são postos ao calha, que é a resposta que o Sr. Vereador Francisco Cunha merece, porque o

Sr. Vereador João Arraiolos já lhe explicou do que constavam as rubricas orçamentais e que posteriormente lhe podia enviar uma resposta mais detalhada. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Pedro Gaspar o Sr. Vereador João Arraiolos respondeu que a verba de € 19.202.95 que se encontra por liquidar, tem a ver com um processo de penhora que incide sobre um antigo fornecedor da câmara e enquanto essa situação não estiver resolvida judicialmente a câmara está impossibilitada de fazer a sua liquidação, embora a câmara tenha esse dinheiro reservado, esta situação já foi explicada várias vezes. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto de vencido, disse o seguinte “eu procurei esclarecer algumas dúvidas durante a discussão do ponto, dúvidas legítimas e que pretendia saber. Não pondo em causa o Plano de Saneamento Financeiro, não posso votar um Relatório quando me dizem que os valores foram colocados ao calha”. -----

----- O Sr. Presidente em declaração de voto disse o seguinte “votei favoravelmente este Relatório do PSF na exata e perfeita consciência do enorme esforço de recuperação financeira do município de Alpiarça, que está a ser realizado e que está, na sua globalidade, claramente expresso neste Relatório. -----

Ponto 8 - Proposta de Orçamento, Proposta de GOP's, Mapa de pessoal para o ano económico de 2015. Conforme alínea b) do n.º 2 do art.º 46º da lei da Finanças locais, conjugado com o artigo 47º da mesma lei, anexa-se para conhecimento o orçamento de 2015 da AgroAlpiarça. Remeter à Assembleia Municipal. Para deliberação. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à discussão, chamando a atenção que pela primeira vez e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, vem em anexo o orçamento para 2015 da Agroalpiarça. Referiu que é um Orçamento realista e rigoroso e que gere uma situação de grande escassez, em termos financeiros, que foi feito numa altura em que o Orçamento de Estado ainda não está aprovado na especialidade e ainda não se conhecem os dados sobre o próximo Quadro Comunitário de Apoio. -----

----- O Sr. Vereador Francisco Cunha disse que já se tinha referido a este ponto no início da ordem de trabalhos, considerou que este ponto é porventura aquele onde se discutem documentos que contêm as decisões mais importantes que se tomam ao longo do ano no município. Considerou que para analisar um documento desta natureza é preciso tempo e que os documentos não lhe foram entregues dentro dos prazos legalmente estabelecidos, como tal informou que não irá participar na discussão desta documentação. O Sr. Vereador Francisco Cunha acrescentou que apenas passou com os olhos por cima do documento e que iria dar matéria ao Sr. Presidente para o colocar em Tribunal, porque viu no documento: omissões, irregularidades, documentos sem confiança e com suspeita de algumas ilegalidades. Na próxima reunião de câmara e no período de antes da ordem do dia, disse que iria comentar isso. Finalizou dizendo que hoje não só não irá participar na discussão, como não participará na votação. -----

----- O Sr. Presidente disse que compreendia as dificuldades que os senhores vereadores sentiam em analisar a documentação com estas dimensões, mas não entende como é que o Sr. Vereador Francisco Cunha não tendo tido tempo de analisar a documentação, conseguiu detetar matéria de tal gravidade como a que apresentou aqui. Não tendo tido tempo de aprofundar a análise da documentação, também não tem credibilidade para insinuar que o executivo elabora um documento em que verificou: omissões, irregularidades, documentos sem confiança e com suspeita de algumas ilegalidades. -----

----- O Sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que não é possível analisar um documento desta magnitude em tão pouco espaço de tempo e que foi também esta a posição do Sr. Presidente quando era vereador da oposição, e neste momento com a agravante de ser um documento que tem implicações no Plano de Saneamento Financeiro. Recordou depois que no ano passado foi aqui bastante criticado por ter chamado ao orçamento da câmara municipal o orçamento dos 200€, agora é o orçamento dos 50€, porque estão previstos 50€ para tudo. Lembrou também que o Sr. Presidente se tinha comprometido a entregar o Orçamento com maior antecedência, o que não aconteceu, e que se tinha comprometido durante o ano a alterar o regulamento de atribuição das

bolsas de estudo, o que também não vai acontecer, porque o orçamento está pronto. Considerou ainda que há razão para falar na próxima reunião sobre este orçamento, porque também não recebeu a documentação com a antecedência necessária e não pode analisar a documentação em profundidade. Considerou que é fundamental fazer uma discussão política e técnica do orçamento, mas que talvez o orçamento não obedeça ao rigor aludido pelo Sr. Presidente, porque detetou por exemplo que no Serviço Municipal de Proteção Civil, onde há mais de 100.000 euros para vencimentos do pessoal, há 50€ para combustíveis. Ora o gasóleo gasto pelos bombeiros estará com toda a certeza orçamentado noutro lado, mas não naquele por onde efetivamente devia ser pago. Pedro Gaspar finalizou dizendo que muitos municípios fizeram uma reunião de câmara especificamente só para debater o orçamento, a oposição aqui não tem tempo de analisar a documentação, dizendo que por isso em consciência não podia votar favoravelmente este orçamento. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos relativamente aos combustíveis gastos pelos bombeiros, informou que as viaturas da câmara enchem todas no mesmo sítio, ou seja no armazém da câmara, nelas se incluindo as ambulâncias e as viaturas de combate a incêndios, daí que o gasóleo em termos orçamentais sai pela Divisão Municipal de Obras, Serviços Urbanos e de Ambiente, havendo depois mecanismos de controlo interno que permitem saber diariamente quais as viaturas abastecidas e em que quantidades, sendo esse gasóleo imputado depois aos respetivo centro de custos. -----

----- O Sr. Presidente pôs o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com o voto contra do Sr. Vereador Pedro Gaspar e com a participação do Sr. Vereador Francisco Cunha, sem ter expresso o seu sentido de voto. Em declaração de voto o Sr. Vereador Pedro Gaspar disse que “o vereador do Partido Socialista votou contra o Orçamento e as GOP'S por considerar inadmissível que o documento mais importante da autarquia tenha sido disponibilizado com menos de quarenta e oito horas de antecedência”. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- O Sr. Presidente deu a palavra ao munícipe Ricardo Vaz que teceu algumas

considerações sobre a elaboração das atas da câmara. Começou por se referir à ata n.º 10/2014 do dia 23/05/2014, que veio aqui hoje à aprovação e que o Sr. Vereador Francisco Cunha teria votado contra afirmando que há uma parte da ata que não reflete o que se passou. O munícipe que também é funcionário da câmara e tendo sido ele a elaborar a referida ata, opinou que se trata apenas de uma questão de pontuação e que substituindo uma vírgula por um ponto final, o texto fica logo com um sentido diferente e pensa que vai ao encontro da alteração que o Sr. Vereador Francisco Cunha pretendia introduzir. Quanto ao facto da Lei referir que as atas deverão ser um resumo do que de essencial de passar nas reuniões, disse que tem noção que as mesmas podem ser consideradas demasiado pormenorizadas para uns e provavelmente demasiado resumidas para outros, porém tem procurado que as mesmas reflitam com exatidão o que se passa nas reuniões de câmara. Quanto ao facto de não haver no nosso Regulamento dos Serviços Municipais, uma secção nomeada para tratar das atas e de outras tarefas inerentes ao apoio a dar aos órgãos do município, referiu que constatou essa lacuna e que consultou outros regulamentos, nomeadamente de câmaras que fazem parte da CIMLT e em todas elas está definida a secção responsável por essas tarefas, que na maior parte dos casos estão acometidas às Secções de Expediente, que na sua modesta opinião tem uma certa lógica porque é nas secções de expediente por onde transita e é registada toda a documentação da câmara e onde acaba por ficar arquivada. -----

----- O Sr. Presidente informou que tomou nota da intervenção do munícipe e que de facto na altura não reparou que a simples mudança de pontuação, poderia alterar o sentido daquela parte da ata. Quanto à redação das atas, o Sr. Presidente disse que a nomeação do funcionário que as executa e o conteúdo das mesmas é da sua inteira responsabilidade, pelo que a lacuna existente no Regulamento dos Serviços, sobre essa matéria se encontra sanada. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezanove horas e dez minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução

imediate das deliberações, se lavrou a presente ata, em minuta, que foi aprovada por maioria com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse que “eu votei contra porque no ponto oito eu não participei na discussão e na minuta da ata está refletido que eu participei”. O Sr. Presidente também fez declaração de voto afirmando que “votoi favoravelmente, porque este documento, enquanto minuta de ata, reflete tudo o que de essencial ocorreu na reunião. Como pode ser comprovado pela gravação áudio, vídeo, pelos presentes no público, pelos senhores vereadores e pelo senhor presidente de câmara, o Sr. Vereador Francisco Cunha esteve presente, participou na discussão do ponto e recusou-se a votar. Isto é a verdade!” -----
----- E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----